πολιτεία (política) - Vamos ver quem manda aqui

**Eleição em Londrina**

No Brasil temos eleições com grande frequência. Quando não estamos elegendo os novos prefeitos e vereadores, temos que escolher o presidente, os senadores e os deputados (federais e estaduais). Não há como negar que esse saudável exercício democrático, reincorporado ao cotidiano dos brasileiros a partir da década de 1980 - depois de uma “noite” prolongada que interrompeu nossas liberdades nas décadas de 1960 e 1970 - foi um dos melhores acontecimentos registrados em nossa história política nos últimos tempos.

Há pessoas que se queixam do compromisso eleitoral obrigatório, entretanto, a inexistência desse direito foi objeto de lutas e mobilizações históricas por parte de diversos setores da sociedade civil durante praticamente toda a ditadura. A escolha de novos representantes políticos é de vital importância para a administração e o gerenciamento do país (e, consequentemente dos estados e municípios também); escolhas essas que devem ser conscientes por parte dos eleitores. O voto permite o exame do histórico dos candidatos, a análise de seus projetos políticos, a percepção das consequências relacionadas à colocação de uma pessoa num cargo público onde se decidem direitos e deveres e, além disso, a compreensão do que significa ser presidente, prefeito, senador, deputado ou vereador.

 Apresentamos, nesta Cult, várias informações que podem nos auxiliar a entender melhor o nosso mundo da política. É uma importante ferramenta de esclarecimento; por esse motivo, seria muito interessante que você se dedicasse ao entendimento dos textos. O que acha de abrir essas portas para o conhecimento?

As leis do país são colocadas em vigor a partir da ação de deputados e senadores
e influenciam os destinos de todos os brasileiros. Por esse motivo, devem ser
de nosso conhecimento.

A estrutura do poder público no Brasil segue os padrões clássicos das democracias ocidentais e é subdividida em três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

O Executivo e o Legislativo são os poderes políticos, ou seja, seus titulares são escolhidos diretamente pela população para criar as leis e gerenciar a administração pública.

Já os membros do poder Judiciário são contratados mediante concurso público composto por provas meritocráticas e de conhecimento.

Melhor explicando a função de cada poder, comecemos pelo Executivo.

 Cabe ao poder Executivo o gerenciamento diário das prefeituras, governos estaduais e presidência da república. Seus representantes maiores, o prefeito, o governador e o presidente, são escolhidos por eleições diretas.

O Executivo é responsável pelas ações de governo, ou seja, pelo atendimento à saúde da população, pelas escolas públicas, pelo gerenciamento do dinheiro recolhido pelo contribuinte, pelas ações nas áreas cultural e do esporte, por exemplo. No plano federal, o governo é o responsável por representar o país perante as outras nações do mundo e órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), e também tem o poder de mando sobre as Forças Armadas. É o Estado, por excelência, aquele que toma à frente o dia-a-dia da administração pública. Para auxiliar em seu trabalho, o prefeito e o governador podem nomear secretários municipais e secretários de Estado – de saúde, educação, etc – e o presidente nomeia os ministros, que tem responsabilidade similar à dos secretários. O Executivo também pode propor a criação de leis, que serão discutidas no Legislativo.

Ao Legislativo cabe a aprovação das leis e a fiscalização dos atos do Executivo. O Legislativo é composto, nos municípios, pelas Câmaras municipais, que têm seus vereadores; nos estados, pelas assembleias legislativas, e seus deputados estaduais; e no plano federal, tem duas casas, a Câmara Federal, composta pelos deputados federais, e o Senado Federal, composto pelos senadores. A diferença da Câmara para o Senado é que a primeira representa a população, então os estados mais populosos têm mais deputados; e o senado representa os estados, portanto são três senadores para cada estado, independente do tamanho da população.

*Câmara de Londrina*

Além de votar as leis, o Legislativo tem a função de julgar a prestação de contas do executivo, ou seja, fiscalizar se os gastos de dinheiro público foram feitos corretamente pelos prefeitos, governadores e pelo presidente. Para auxiliar nessa tarefa, o Legislativo possui um órgão subordinado chamado Tribunal de Contas (TC). Apesar de levar o nome de tribunal, os Tribunais de Contas não fazem parte da Justiça, mas do poder Legislativo. E suas decisões não são chamadas judiciais, mas administrativas.

 Em linhas gerais, os Tribunais de Contas existem nos estados e no governo federal. Além disso, em cidades muito grandes, como São Paulo, o município também tem seu próprio Tribunal de Contas. Londrina, por exemplo, não tem um Tribunal de Contas municipal.

 Dessa forma, nas cidades onde não há Tribunal de Contas, a prestação de contas da prefeitura é enviada para o Tribunal de Contas do Estado, que faz uma análise, a pedido do Legislativo, e emite um parecer. No caso das contas do prefeito e governador, o parecer é enviado para o Legislativo, que é o `patrão´ do tribunal, digamos assim, e o parecer é votado.

 Se a prestação de contas é aprovada pelos vereadores ou deputados, tudo bem, o Executivo passou no teste. Se é aprovada com ressalvas, significa que não houve irregularidades graves, então houve aprovação, porém com indicação de que algo poderia ser gasto melhor. E se é reprovada, significa que houve irregularidades ou ilegalidades insanáveis por parte do executivo no uso do dinheiro público. Por exemplo, desvio de verba, aplicação indevida, falta de comprovação de gastos, etc.

 Os outros órgãos da administração também enviam suas prestações de contas para os tribunais de contas, como as próprias Câmaras Municipais, as Assembleias Legislativas, os órgãos judiciais, as universidades públicas, as autarquias, etc.

 Quando o chefe do executivo tem suas contas reprovadas, há algumas penalidades, porque afinal ele utilizou de forma ilegal a verba pública. Dentre as penalidades, estão o ressarcimento dos danos, a perda dos direitos políticos durante algum tempo, e a inelegibilidade, ou seja, a proibição de voltar a ser candidato, também por um período pré-determinado de tempo.

 O último dos três poderes é o poder Judiciário, composto pelos juízes e promotores. Aos promotores cabe analisar o resultado das ações da polícia e verificar se os inquéritos contêm provas contra os acusados. Em caso afirmativo, levam as denúncias perante a Justiça – a Promotoria é o órgão titular das ações penais, ou seja, aquelas que levam à prisão. E ao juiz, cabe julgar os processos. A polícia, apesar de fazer parte do aparelho judicial, é um órgão pertencente ao poder Executivo.

Existem várias instâncias judiciais e áreas de competência. Na questão das instâncias, existe o juiz de primeiro grau, que atua nas cidades e faz o primeiro julgamento dos processos. Se uma das partes, o acusador ou o acusado, não fica satisfeita, pode recorrer aos tribunais de segundo grau, que ficam nas capitais. Estes tribunais geralmente recebem o nome de Tribunal de Justiça (TJ). O juiz do tribunal é alguém que já foi de primeiro grau e passou por promoção na carreira. Nos tribunais, os juízes recebem a denominação de desembargadores – que significa juiz de segundo grau. Se ainda assim, as partes querem recorrer das decisões, existem os tribunais de terceiro grau, que ficam em Brasília, como por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF) – este último o tribunal de mais alto grau do País. Lá, os juízes, que um dia já foram juízes de primeiro grau e desembargadores, e passaram por promoções, são chamados de ministros – que significa juiz de terceiro grau.

 Além das instâncias, a Justiça é dividida em áreas de atuação: Justiça Trabalhista, Justiça Eleitoral, Justiça Estadual, Justiça Federal, e etc. Cada uma dessas tem suas próprias instâncias. Exemplo: na Justiça do Trabalho, temos em Londrina o fórum trabalhista de primeiro grau; em Curitiba, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de segundo grau, e em Brasília, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), de terceiro grau. Na Justiça Eleitoral a mesma coisa, o Fórum Eleitoral local, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) nas capitais, e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em Brasília.

**Observação**: Na Cult de hoje teremos somente 2 questões devido ao texto explicativo mais longo.

Questão 1

O organograma é um diagrama que é usado para demonstrar relações de hierarquia.

*Fazendo um organograma tradicional:*

O primeiro passo é determinar todas as funções e setores que serão apresentadas no organograma, e definir suas posições hierárquicas. Faça uma lista.

Quanto maiores a responsabilidade e autonomia, mais alta será a posição ocupada pelo cargo/setor. Definidos os cargos e posições, transfira-os para retângulos distribuídos verticalmente e ligados por linhas que representarão a comunicação e hierarquia dos itens.

Funções, que respondem a um superior mas não têm autoridade total sobre os níveis abaixo, são colocadas em níveis intermediários e ligados à linha principal do superior correspondente.

Veja um exemplo ao lado. Continue conforme necessário.

Faça um organograma que mostre como nossa sociedade está organizada politicamente. Você deverá apresentar as relações hierárquicas dos poderes.

Quando terminar, releia o seu trabalho, verificando se ele apresenta sequência de ideias, clareza, boa ortografia e caligrafia.

Questão 2

As frases e expressões abaixo estão desorganizadas. Agrupe-as em blocos – se necessário, use a mesma frase mais de uma vez. Escolha uma das frases para nomear os respectivos conjuntos.

|  |
| --- |
| a) são escolhidos por eleições diretas;b) aprovação das leis;c) poder executivo;d) poder legislativo;e) representados pelos vereadores;f) contratados por concurso público;g) gerenciamento das prefeituras;h) poder judiciário;i) representados por juízes e promotores;j) analisar o resultado das ações da polícia e verificar se os inquéritos contêm provas contra os acusados;l) seus representantes maiores são o prefeito, o governador e o presidente. |